
	<p align="center">CONSÓRCIO CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	---

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026		Data de Abertura: 21/05/2026 www.gov.br/compras	
Objeto			
Registro de Preços para Contratação de empresa com dedicação exclusiva de mão-de-obra para serviços de motoristas, operadores de máquinas pesadas, auxiliares de serviços gerais e cerqueiros, conforme as especificações contidas no Termo de Referência, anexo I.			
Valor Estimado			
R\$ 1.622.484,96 (Um milhão, seiscentos e vinte e dois mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos)			
Registro de Preço	Vistoria	Instrumento Contratual	Julgamento
SIM	NÃO	Ata de Registro de Preços	Menor Preço Global
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO			
Requisitos básicos -Ato constitutivo ou documento semelhante; - CNPJ; -Certidão Negativa Municipal da sede da licitante; - Certidão Negativa Estadual; -Certidão Negativa Conjunta Federal; -Certidão Trabalhista; -FGTS; -Certidão de Falência da sede do fornecedor; -Balanço Patrimonial, e demais demonstrações contábeis.		Requisitos Específicos - Atestado de capacidade técnica.	
Exclusiva ME/EPP/MEI	COTA ME/EPP/MEI	EXIGE AMOSTRA	
NÃO	NÃO	NÃO	

Prazo para envio da proposta/documentação
Até 02 (duas) horas após convocação realizada pela pregoeira.

Pedidos de Esclarecimentos E-mail: eng.agro.cica@gmail.com Site: www.gov.br/compras Telefone:(44) 3422-5157 Sede do Consórcio CICA, na Rua Professora Neusa Cascão Borba, 1691, Jardim Antigo Aeroporto, na cidade de Paranavaí/PR.	Impugnações E-mail: eng.agro.cica@gmail.com Site: www.gov.br/compras
---	--

Observações Gerais
A disputa dar-se-á pelo modo ABERTO e os lances deverão respeitar o lance INTERVALO MÍNIMO conforme estabelecido no sistema.

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

EDITAL RETIFICADO PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 001/2026

PREÂMBULO

O Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA, inscrito no CNPJ sob nº 15.255.346/0001-08, situada na Rua Professora Neusa Cascão Borba, 1691, sala 2, Jardim Antigo Aeroporto, Cidade de Paranaíba, por intermédio da **Pregoeira em substituição** (Portaria Nº 16/2026) e **equipe de apoio** (Portaria nº 033/2026) e com a devida autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente, José Gabriel Gonçalves Fachiano, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, da Resolução nº 002/2023, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 e da Lei Complementar 123/2006 e alterações; torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nº **001/2026**, do tipo **“Menor Preço Global”**, tendo por objeto Registro de Preços para Contratação de empresa com dedicação exclusiva de mão-de-obra para serviços de motoristas, operadores de máquinas pesadas, auxiliar de serviços gerais e cerqueiros, de acordo com os termos constantes no Anexo I, Termo de Referência, deste Edital.

O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, “Acesso Identificado”, conforme datas e horários definidos abaixo (horário de Brasília-DF):

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

Início: 09h do dia 07/04/2026 até 08h do dia 21/05/2026.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 21 de maio de 2026


HORÁRIO: 09h (horário de Brasília/DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

PUBLICAÇÃO:


O aviso deste Edital será publicado no Diário Eletrônico dos Municípios do Estado do Paraná, endereço: www.diariomunicipal.com.br, órgão oficial de divulgação do Consórcio, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/consulta-detalhada>, Unidade Compradora **Cód. UASG “928527”**.

O presente instrumento também será divulgado Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), <https://pncp.gov.br> na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

Sumário

1.	OBJETO	4
2.	DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES/COMPRAS BR	4
3.	DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	4
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
7.	DA FASE DE JULGAMENTO	9
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
9.	DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO	12
10.	PREÇO MÁXIMO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	14
11.	IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS	14
12.	DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO	15
13.	RECUSA DA CONTRATAÇÃO	15
14.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	16
15.	DO CADASTRO DE RESERVA	17
16.	DO ALTERAÇÃO DE PREÇOS	18
17.	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	18
18.	DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO	18
19.	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	19
20.	DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATANTE	20
21.	DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD	21
22.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	21
23.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

1. OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto Registro de Preços para Contratação de empresa com dedicação exclusiva de mão-de-obra para serviços de motoristas, operadores de máquinas pesadas, serviços gerais e cerqueiros destinados ao CICA, conforme as especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I, deste edital.

1.2 A licitação será realizada por lote único.

1.3 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na plataforma www.gov.br/compras e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.


2.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6 O uso da senha de acesso pela Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Consórcio responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão Eletrônico empresas brasileiras ou empresas estrangeiras em funcionamento no Brasil pertencentes ao ramo do objeto licitado, que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, para o respectivo

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

cadastro junto ao Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), e que desempenhem atividade compatível com o objeto desta Licitação.

3.2 Para efeitos de participação das microempresas ou empresas de pequeno porte nesta licitação, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, são considerados:

3.2.1. microempresa – O empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais).

3.2.2. empresa de pequeno porte – O empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

3.2.3. Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

3.2.3.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.2.3.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.2.3.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006;

3.2.3.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

3.2.3.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

3.2.3.6. constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;

3.2.3.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.2.3.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;


3.2.3.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

3.2.3.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

3.2.4. Os benefícios previstos para micro e pequenas empresas não são aplicadas:

3.2.4.1. no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.2.4.2. no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

3.2.5. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual da contratação na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º do artigo 4º da Lei 14.133/21.

3.3 Pessoa jurídica não poderá participar da licitação em consórcio, conforme justificativa no Anexo VI deste edital.

3.4 Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa não poderão participar da licitação conforme justificativa no Anexo VI deste edital.

3.5 Não poderão participar deste Pregão ou participar da execução da ata de registro de preço, direta ou indiretamente:

3.5.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.5.2. O impedimento de que trata o item anterior será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Os licitantes vencedores encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de recebimento de propostas.

4.2 Conforme previsão do artigo 63, inciso II da Lei 14.133/21, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor.

4.2.1. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.


4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

4.4 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5 As declarações do item 4.3 declaradas no sistema, não obstam a necessidade de preenchimento e validação da Declaração Unificada no Anexo III.

4.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e


4.10.2. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.11 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.12 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

5.1.1. valor global e total do lote participante;

5.1.2. quantidade cotada de 100% do LOTE participante;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9 O descumprimento das regras supramencionadas pelo Consórcio por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução da ata de registro de preços.

5.9.1. Valor conforme termo de referência;


5.9.2. Descrição do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência;

5.10 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.11 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.12 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.13 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

	<p>CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p>EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p>PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	--	--

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.3 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital, com critério de julgamento de menor preço unitário e modo aberto.

6.9 No modo de disputa aberto, a fase de lances resume-se à disputa eletrônica, realizada por todos os licitantes, oportunidade em que os valores são registrados pelo sistema e o lance vencedor é aquele que contém o menor preço, obtido no encerramento da sessão.

6.10 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **acordo com o parametrizado no sistema**.

6.11 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento deste Edital.


6.12 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.14 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida neste edital, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.14.1. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.14.2. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

6.15 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, a Pregoeira poderá, assessorada pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

6.16 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela Pregoeira.

6.17 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.18 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.19 No caso de desconexão com a Pregoeira (o), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.20 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica diretamente no Portal (www.comprasnet.gov.br).

6.21 Critério de julgamento adotado será o menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.22 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).


7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

7.4 Se tiver participação de ME/EPPs, a Pregoeira verificará se o melhor colocado faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.2 deste edital.

7.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.


7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Para se habilitarem nesta licitação, os interessados deverão anexar ao sistema a documentação abaixo, em original ou cópia autenticada, podendo ser substituída por registro cadastral do SICAF.

8.2 Tratando-se de cópia autenticada, toda documentação deverá estar perfeitamente legível e a prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita e cartório ou perante agente do Consórcio, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

8.3 O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

8.4 Se a licitante desatender as exigências de habilitação, a mesma será inabilitada e a Pregoeira examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.5 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.5.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.5.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.6 Constituem motivos para inabilitação do licitante:

8.6.1. a apresentação de documentos com prazo de validade vencido; ou a não regularização deste, conforme o caso;

8.6.2. a substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

8.6.3. o não cumprimento dos requisitos de habilitação.

8.7 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.7.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.7.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.7.3. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

8.8 **Habilitações Jurídicas**

8.8.1. A habilitação jurídica poderá ser comprovada com a apresentação de um dos documentos relacionados abaixo:

8.8.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;


8.8.1.2. Requerimento de empresário no caso de empresário individual;

8.8.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais;

8.8.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.8.1.5. Para Microempreendedor Individual: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

8.8.1.6. Outro documento que devidamente comprovado demonstre a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, comprovando a existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

8.8.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

- 8.8.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.);
- 8.8.2.2. Certidão negativa de débito relativa aos tributos federais e à dívida ativa da união, nela abrangidas as contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Federal.
- 8.8.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.8.2.4. Certidão Negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado;
- 8.8.2.5. Certidão Negativa expedida pela Prefeitura Municipal;
- 8.8.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão;
- 8.8.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.8.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 8.8.2.9. Declaração de não empregar menor, salvo em condição de aprendiz (em conjunto com declaração unificada Anexo III).
- 8.8.2.10. Os documentos referidos de habilitação jurídica poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

8.8.3. Qualificação econômico-financeira:


- 8.8.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante e, no caso de não constar na certidão o seu prazo de validade, a mesma deverá ter sido emitida há menos de noventa dias da data de abertura dos envelopes.
- 8.8.3.2. licitante deverá apresentar índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

II - Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e

III - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

- 8.8.3.3. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

8.8.3.4. Refere-se o percentual de 10% (dez por cento) adotado no item supracitado, em conformidade ao art. 69, parágrafo quarto da Lei 14.133/2021, por tratar-se de baixo valor representativo para patrimônio líquido dos licitantes, considerando o valor estimado do objeto licitatório.

8.8.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.8.3.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.8.8.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor

8.8.4. Qualificação Técnica

8.8.4.1. Apresentação de no mínimo 01(um) Atestado(s) de fiel cumprimento, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente forneceu ou forneça, serviços iguais ou similares aos licitados no presente edital, informando se os serviços foram satisfatórios. Os atestados devem conter razão social, CNPJ, endereço completo da empresa, data, nome completo e assinatura de quem o emitiu.

8.8.4.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos/ARP executados com as seguintes características mínimas:

8.8.4.3. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 02 (dois) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

8.8.4.4. Comprovação que já executou contrato(s)/ARP com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

8.8.4.5. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.


8.8.4.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.8.4.7. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

9.1 Será convocado a apresentar a documentação de habilitação apenas o licitante vencedor, no prazo de 02 (duas) horas.

9.2 Caso o licitante não apresente os documentos de habilitação no prazo citado no item anterior, será considerado inabilitado.

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

9.3 Concomitante à análise dos documentos enviados na plataforma, a Pregoeira poderá utilizar o cadastro nacional SICAF para analisar a documentação da empresa melhor colocada, sendo esta documentação acessível aos demais participantes.

9.4 A convocação ocorrerá exclusivamente pelo sistema, devendo a licitante encaminhar, de forma digital, todos os documentos elencados no item 08 deste edital.

9.5 Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, a Pregoeira o declarará vencedor.

9.6 Ocorrendo a inabilitação, a Pregoeira convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

10. PREÇO MÁXIMO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 O preço máximo estimado para essa licitação é de R\$ 1.739.049,55 (Um milhão, setecentos e quarenta e nove mil e quarenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) conforme especificado no Termo de Referência.

10.2 Os custos dos serviços resultantes da presente licitação serão cobertos com recursos provenientes das dotações orçamentárias:

0100104122000100023390390000 – Outros Serviços de Terceiro -PJ

11. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS


11.1 Nos termos do Art. 164 da Lei 14.133/21, qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, através do e-mail: eng.agro.cica@gmail.com e em campo específico da plataforma Compras.gov, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

11.2 A impugnação deverá estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

11.3 A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá à Pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

11.4 Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

11.5 Se das consultas ou impugnações resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu o texto original do instrumento convocatório.

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

11.6 Após o julgamento das propostas, a Pregoeira concederá o prazo de 15 (quinze) minutos, em campo próprio da Plataforma para receber a intenção de recorrer. Após será concedido prazo de 15 (quinze) minutos para manifestação de intenção de recorrer na fase de habilitação ou inabilitação de licitantes em campo próprio da Plataforma, para que qualquer licitante, de forma imediata, manifeste sua intenção de recorrer.

11.6.1. Qualquer licitante poderá recorrer dos atos praticado pela Pregoeira, cuja intenção deverá ser manifestada em cada etapa da sessão pública, sob pena de decadência do direito de recorrer.

11.6.2. A síntese das razões recursais deverá ser registrada na ata da sessão, cabendo à Pregoeira conceder o prazo de três dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais, desde logo, intimados a apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.6.3. O recurso contra decisão da Pregoeira terá efeito suspensivo.

11.6.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6.5. Se não reconsiderar a sua decisão a Pregoeira submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva e homologação e adjudicação do procedimento.

11.6.6. Os memoriais dos recursos e contrarrazões deverão ser endereçados à Pregoeira e protocolados através do sistema.

12. DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme especificado no Termo de Referência.

12.2 O pagamento será efetuado mediante apresentação do relatório do fiscal atestando os serviços realizados, que deverá conter a data inicial e final da fiscalização.

12.3. Para os serviços de operadores, motoristas cerqueiros e serviços gerais, o fiscal especificará em relatório os dias e horas trabalhadas, para dimensionar os valores a serem pagas a contratada.

12.4. Para a função de vigia o valor será pago conforme tabela de forma **MENSAL**, quando necessário.


12.5. A Nota Fiscal deverá estar acompanhada das negativas fiscais regularizadas (Federal, Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas).

12.6. Na emissão da nota fiscal deverá ser informado o número do empenho/requisição e ata de registro de preços correspondente.

12.7. As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

12.8. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens.

12.9. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N.º de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

13. RECUSA DA CONTRATAÇÃO

13.1 Consideram-se motivos justificados para recusa da contratação:

13.1.1. a alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique as contratações decorrentes do registro;

13.1.2. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do objeto da licitação.

13.1.3. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, salvo se decorrente de procedimento fraudulento, devidamente comprovado;

13.1.4. a dissolução da sociedade ou o falecimento do fornecedor;

13.2 O consórcio, diante da recusa, apurará as razões do interessado no próprio processo que deu origem à contratação, de que poderá resultar a liberação do compromisso por ele assumido, ou a rejeição da recusa e consequente aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste edital, sem embargo de lhe ser franqueado o contraditório e a ampla defesa.

13.3 Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior que tenha o condão de motivar o atraso na prestação do serviço, no prazo previsto neste Edital, deve, o adjudicatário submeter os fatos, por escrito ao Consórcio, com as justificativas correspondentes.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.


14.2 O prazo de convocação, conforme art. 19, parágrafo primeiro do Decreto 11.462/23, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

14.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

14.2.2 a justificativa seja aceita pelo Consórcio.

14.3 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

14.4 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Consórcio a contratar, facultada a realização de licitação específica

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, conforme previsão do art. 20 do Decreto 11.462/23.

14.5 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado ao Consórcio convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14.6 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente deste pregão, nos casos previstos no Estudo Técnico Preliminar.

14.7 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

14.8 A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, com renovação dos quantitativos iniciais contratados.

14.9 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo CICA por intermédio de instrumento contratual (ARP), emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.10 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

14.10.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

14.10.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

14.10.3. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

14.10.4. Mantiverem sua proposta original.

14.10.5. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.


14.11 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Consórcio convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

14.11.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

14.11.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

14.11.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o Consórcio procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

14.11.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

14.12 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

14.12.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

14.12.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo Consórcio e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

14.12.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o Consórcio convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

14.12.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o Consórcio procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

14.12.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, Consórcio atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

15. DO CADASTRO DE RESERVA

15.1 O registro de reserva tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

15.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

15.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original, será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata, conforme artigo 18, III, do Decreto nº 11.462, de 2023.

15.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.


15.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

15.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

15.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

15.4 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.5 Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

15.6 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

15.7 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

15.8 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, conforme art. 20, parágrafo único do Decreto 11.462/23, o Consórcio, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

15.8.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

15.8.2. adjudicar e firmar a ARP nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

16.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

16.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

16.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

16.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

16.3 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.


17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

17.1 Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora e na hipótese de inexistência ou não de recursos haverá posterior homologação e adjudicação do resultado pela Autoridade Superior.


17.2 O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e na página eletrônica: www.consorciofica.com.br

18. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

- 18.1.1. Início da execução dos serviços em até 10(dez) a partir da assinatura da Ata de Registro de Preço/contrato.
- 18.1.2. Os serviços serão realizados de acordo com Plano de Trabalho/Cronograma elaborado pelo CICA de acordo com suas demandas e será disponibilizado a contratada para acompanhamento.
- 18.1.3. O(s) motorista(s)/operador(es) Contratados que irão operar os maquinários e caminhões objeto da licitação deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação com a categoria exigida pela legislação de trânsito.
- 18.1.4. A licitação se dará pelo Sistema de Registro de Preços, sendo por horas trabalhadas, assim todos os encargos trabalhistas, bem como DSR, se assim for o caso, é de responsabilidade da contratada.
- 18.1.5. O Contratado se obriga a substituir/repor motorista(as)/operador(es), que por qualquer motivo venha a faltar as atividades, no prazo de até 48(quarenta e oito) horas, da falta destes, a fim de não prejudicar os serviços em andamento.
- 18.1.6. A Contratada deve disponibilizar uniformes com identificação da empresa para os operadores, motoristas e demais funções, bem como demais itens necessários de acordo com a legislação vigente.
- 18.1.7. O veículo para transportar os motoristas, operadores e demais funções, devem estar em bom estado de conservação e a fabricação não deve exceder a dez anos de vida útil a fim de não prejudicar as atividades desenvolvidas.
- 18.1.8. A contratada deverá observar para o cargo de vigia, além da legislação/normas vigentes, a qualificação do profissional a ser contratado para evitar possíveis transtornos.
- 18.1.9. Para a execução dos serviços serão informados com antecedência mínima de cinco dias, indicando o município e endereço para realização dos mesmos.
- 18.1.10. Os serviços poderão ser prestados nos entes consorciados ao CICA, ou seja, nos 22 (vinte e dois) municípios que o integra.
- 18.1.11. A contratada deverá contratar funcionários capacitados para o desempenho das atividades, e deverão se apresentar no ambiente de trabalho devidamente uniformizado e no horário de funcionamento da administração pública, ou conforme horário estabelecido, sempre de acordo com legislação/normas vigentes.
- 18.1.12. Competirá a Contratada a admissão de mão de obra necessária ao desempenho dos serviços contratados, correndo por sua conta, também, os encargos necessários e demais exigências das leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e outras de qualquer natureza, bem como indenização de acidentes de trabalho de qualquer natureza, respondendo a Contratada pelos danos causados, por seus empregados, auxiliares e prepostos, ao patrimônio público ou a outrem.
- 18.1.13. Será terminantemente proibido aos empregados da Contratada ingerirem ou estarem sob o efeito de bebidas alcoólicas ou substâncias tóxicas e de pedirem gratificações ou donativos de qualquer espécie, durante a execução dos serviços.
- 18.1.14. Os funcionários contratados não terão nenhum vínculo empregatício com o Consórcio CICA, a contratação é por parte da contratada, sendo de sua responsabilidade a contratação/ registro em carteira dos cargos previstos nessa contratação.
- 18.1.16. O prestador de serviços deverá executar os serviços conforme as condições estabelecidas.
- 18.1.17. A ordem para os serviços será comunicada pela CONTRATANTE através do Setor Administrativo e Financeiro do CICA, diretamente a CONTRATADA responsável pelos colaboradores.

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

Local da prestação dos serviços

18.2 Os serviços poderão ser prestados nos entes consorciados de acordo com o cronograma de plano de trabalho elaborado pelo CICA considerando suas demandas de execução; além das dependências e estruturas sob concessão do CICA.

18.3. O consórcio CICA informará o endereço e município para a realização dos serviços através de nota de empenho ou solicitação de serviços.

18.4 Demais informações sobre as prestações dos serviços estão disponíveis no Termo de Referência no item 5.

18.5. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contratado.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e de seus anexos, especialmente aquelas listadas no Edital licitatório, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

19.1.2. Disponibilizar dos serviços solicitados, somente após autorizado pela contratante;

19.1.3 Disponibilizar os serviços nas condições, quantidades e prazos indicados no edital da licitação e na ata de registro de preços.

19.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);


19.1.5 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

19.1.6 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da ARP ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

19.1.7 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da ARP, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

19.1.8 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Consórcio, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, caso haja, o valor correspondente aos danos sofridos;

19.2 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato/ARP, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

19.3 Manter durante toda a vigência da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

19.4 Avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço, e-mail ou telefone.

19.5 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

19.6 Caso seja optante do Simples Nacional (Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), apresentar para fins de comprovação dessa condição, cópia do Termo de Opção e a declaração em duas vias, assinadas pelo representante legal, no momento do Contrato/ARP.

19.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado ao Consórcio ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;

19.8 Não contratar, durante a vigência da ata de registro de preços, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de empregados do Consórcio, especialmente do fiscal ou gestor do contrato/ARP, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

19.9 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ARP;

19.10 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

19.11 Manter-se livre de registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União e no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do Conselho Nacional de Justiça.

20.DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATANTE

20.1 São obrigações do CONTRATANTE, especialmente:

20.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este e seus anexos;


20.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

20.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

20.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da ARP e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

20.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na ARP e no Termo de Referência;

20.1.6. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei, edital e anexos;

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

20.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente na ata de registro de preços, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

20.1.7.1. O Consórcio terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

20.2 O Consórcio não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros ou subcontratados, ainda que vinculados à execução da ARP, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados, ressaltando não ser admitido a subcontratação.

21. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

21.1 O licitante e seus empregados se obrigam em respeitar a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018.

22. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

22.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

22.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira durante o certame;

22.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

22.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

22.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

22.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

22.1.2.4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

22.1.3. não celebrar o contrato/ARP ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

22.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato/ARP no prazo estabelecido pelo Consórcio;

22.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

22.1.5. fraudar a licitação

23.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

22.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

22.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;


22.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

22.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

22.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

22.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, o Consórcio poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:


22.2.1. advertência;

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

- 22.2.2. multa;
- 22.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 22.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 22.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 22.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 22.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 22.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 22.3.4. os danos que dela provierem para o Consórcio.
- 22.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 22.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 22.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 22.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 22.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 22.1.4, 22.1.5, 22.1.6, 22.1.7 e 22.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 22.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores do Consórcio, facultada a ampla defesa
- 22.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida.
- 22.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 22.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão do Presidente do Consórcio.
- 22.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

23.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira (o).

23.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9 Integram o presente edital, os seguintes anexos:

23.9.1. Anexo I - Termo de Referência

23.9.2. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

23.9.3. Anexo II – Modelo de Apresentação de Proposta

23.9.4. Anexo III – Modelo de Declaração Unificada

23.9.5. Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços

23.9.6. Anexo V – Declaração de Tratamento Diferenciado da Lei 123/2006

23.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11 Fica eleito o Foro de Paranavaí-Pr, para solucionar eventuais litígios, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Paranavaí, 05 de maio de 2026.


**JOSE GABRIEL
GONCALVES**

FACHIANO:04947047992

Assinado de forma digital por JOSE
GABRIEL GONCALVES
FACHIANO:04947047992

Dados: 2026.05.05 11:31:52 -03'00'

José Gabriel Gonçalves Fachiano
Presidente do Consórcio

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

ANEXO II
MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2026.

PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social: _____

CNPJ: _____ I.E. (se houver): _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____

Telefone: (____) _____ E-mail: _____

Conta Bancária: Banco _____ Ag: _____ Conta Corrente: _____

Responsável pela empresa: _____

CPF: _____

Cargo do responsável: _____

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUA AMBIENTAL, apresentamos nossa proposta comercial referente ao Pregão Eletrônico Nº 001/2026, conforme planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UN.	VALOR TOTAL
01				
02				
...				

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

Ao apresentarmos a presente proposta, manifestamos no sentido de concordar com os termos do Edital e seus anexos, nos comprometendo a cumprir fielmente suas cláusulas.


****A LICITANTE DEVERÁ ENCAMINHAR PLANILHA DE CUSTOS CONFORME LOTE VENCIDO.**

*****AS PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE CUSTOS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE DO CONSÓRCIO CICA.**

Declaramos que nossa proposta terá validade durante todo o período do registro de preços, ou seja, pelo prazo de 01 (um) ano.

Paranavaí, Dia do Mês, 2026.

Assinatura

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL
PREGÃO ELETRÔNICO 001/2026

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte.

1) Declaramos que, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

2) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).

3) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4) Declaramos que assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;


5) Comprometemo-nos a manter, durante todo o período de vigência do contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

6) Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre cumprimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do ata de registro de preços;

7) Declaramos que temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto neste edital e anexos e legislação aplicada;

8) Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação e participação no presente processo licitatório e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

9) Declaramos, ainda, que não fomos declarados inidôneos por nenhum órgão do poder público em qualquer de suas esferas.

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

10) Declaramos em observância do inciso III do art. 7º, da Lei 14.133/2021, que seus sócios, dirigentes ou cotistas, bem como seu representante neste ato _____, inscrito no CPF sob nº _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____, não pertencem ao quadro de empregados do Consórcio, não são cônjuges ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

11) Declaramos para os devidos efeitos e sob pena da lei que não possuir em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

12) Declara para os devidos efeitos e sob pena da lei que a atividade econômica da empresa, CNAE, com a maior receita é a de nº _____ - nome da atividade _____.

13) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Consórcio, que o (a) responsável legal da empresa é o (a) Sr. (a) _____, Portador(a) do RG sob nº _____ e CPF nº _____, cuja função/cargo é _____ (sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços.

14) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços seja encaminhado para o seguinte endereço:

a. E-mail:

b. Telefone: () WattsApp:

15) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo Consórcio, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.


16) Nomeamos e constituímos o senhor (a) _____, portador(a) do CPF/MF sob nº _____, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Eletrônico nº 010/2023 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços.

17) A falsidade das alegações dessa declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

LOCAL E DATA

Nome/Cargo/Assinatura do Responsável Legal]
[Nome da Empresa] [CNPJ]

	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES	EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 PROC. ADM Nº 004/2026
---	---	---

ANEXO IV
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 001/2026

O **Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA**, inscrito no CNPJ sob nº 15.255.346/0001-08, situada na Rua Professora Neusa Cascão Borba, 1691, sala 2, Jardim Antigo Aeroporto, Cidade de Paranavaí, neste ato representado pelo Presidente do Consórcio CICA, Sr. Fabiano Marcos da Silva Travain, residente e domiciliado na cidade de Mirador/PR, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, na Resolução nº 002/2023 desse Consórcio e demais legislações pertinentes, e em conformidade com as disposições a seguir:


1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para Contratação de empresa com dedicação exclusiva de mão-de-obra para serviços de motoristas, operadores de máquinas pesadas, vigia, serviços gerais e cerqueiros; e serviços de roçagem destinados ao CICA, conforme as especificações contidas no Termo de Referência, anexo I.


2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, a ser divulgado no PNCP com a indicação de fornecedores, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	Nº DE POSTOS DE TRABALHO	CATSERV
1	OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	HORAS	5280	2	19534
2	OPERADOR DE MOTONIVELADORA	HORAS	2640	1	19534
3	OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRAS	HORAS	5280	2	534
4	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR	HORAS	2640	1	19534
5	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA	HORAS	7920	3	19534
6	MOTORISTA DE CAMINHÃO BASCULANTE	HORAS	5280	2	15008
7	MOTORISTA DE CAMINHÃO COMBOIO	HORAS	2640	1	15008
8	SERVIÇOS GERAIS	HORAS	2640	(a depender da necessidade)	25194
9	CERQUEIRO	HORAS	2640	(a depender da necessidade)	16675

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

10	VIGIA (PERÍODO NOTURNO)	MÊS	12	2	23973
11	Locação de veículo tipo minivan, com no mínimo 7 lugares, sem motorista, para locomoção dos operadores e motoristas do alojamento ao local da obra, incluindo todas as despesas da locomoção necessária para o deslocamento dos operadores e motoristas, devendo o referido veículo estar em condições adequadas para o transporte.	MÊS	12	-	23024
12	Fornecer 1 (um) alojamento aos operadores e motoristas (casa), com mobília, para abrigo em qualquer dos municípios integrantes do consórcio em que estiverem trabalhando, devendo o referido imóvel possuir acomodações necessárias aos operadores e motoristas mencionados neste termo de referencia; observância da norma regulamentadora à respeito de condições de higiene e conforto nos locais de trabalho.	MÊS	12	-	17426
13	Fornecimento diário de alimentação variada e balanceada para a equipe técnica e operacional alocada, compreendendo 02 (duas) refeições completas por dia (almoço e jantar), em estrita observância às cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) vigente e às normas de segurança alimentar. As refeições deverão ser completas, compostas por carboidratos, proteínas, guarnições e saladas, atendendo integralmente aos padrões do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).	unidade	10.800	-	3697
14	Fornecimento diário de café da manhã em estrita observância à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria profissional. A refeição deverá ser composta, no mínimo, por 01 (um) item de panificação com acompanhamento (manteiga/queijo/presunto), 01 (uma) porção de fruta da estação e 01 (uma) bebida (café, leite ou suco). O fornecimento poderá ser realizado em balcão ou no formato de 'kit lanche' individual, desde que devidamente acondicionado em embalagens higiênicas que garantam a integridade dos alimentos. O fornecimento ou entrega do café da manhã deverá ser realizada aos profissionais nos 15 minutos anteriores ao início da rotina de trabalho.	unidade	5.040	-	3697
15	Fornecimento de uniforme refletivo, macacão apropriado ao motorista do caminhão comboio, contendo identificação da contratada como nome e logo, à todos os cargos elencados no termo de referência em observância a norma regulamentadora NR24 do ministério do trabalho e emprego. Os uniformes deverão ser fornecidos em tecido de brim de alta resistência (mínimo 260g/m²), com tratamento para proteção solar, contendo faixas retrorreflexivas de 50mm em conformidade com a NBR 15292. Para o Motorista de Comboio, o macacão deverá possuir fechamento frontal em zíper protegido e reforço em áreas de maior atrito, garantindo a proteção contra agentes químicos derivados de petróleo conforme NR 24.	MÊS	12	-	602718
16	Fornecimento de EPI'S, EPC'S a todos os operadores contratados e qualquer item necessário de acordo com a legislação trabalhista. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) compreendem (1) máscaras com filtros para gases e poeiras PFF2, (2) calçados impermeáveis em PVC ou botinas com biqueira de aço, (3) luvas de proteção química ou mecânica conforme a atividade, (4) uniformes de alta visibilidade com faixas retrorreflexivas, (5) protetores auriculares tipo concha ou inserção, (6) óculos de segurança, compreendendo óculos escuros ou incolor, conforme a necessidade, (7) protetor solar, (8) repelente, tendo obrigatoriamente icaradina em sua composição, 9) capa de chuva e (10) chapéu com aba para proteção de nuca. Por sua vez os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), destinados à segurança do ambiente e do grupo de trabalho, abrange (11) kits de primeiros socorros. Observância das normas regulamentadoras que reforça a utilização de EPI'S necessários aos operadores em atenção especial à sapatos adequados, protetor solar, repelente e protetores auriculares, bem como sua revisão e troca de acordo com o estabelecido na referida NR; observância das normas regulamentadoras do ministério do trabalho e emprego.	MÊS	12	-	453744
17	FORNECIMENTO DE INSTALAÇÕES BÁSICAS RESERVADAS PARA ALIMENTAÇÃO E HIGIENE; OBSERVÂNCIA DAS NORMAS REGULAMENTADORAS do Ministério do Trabalho e Emprego em especial no que se refere às condições da frente de trabalho, devendo a empresa se atentar ao item que estabelecem orientações sobre as áreas de vivências, como condições do alojamento, banheiros, área para consumo de alimentos entre outros.	MÊS	12	-	604785

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

2.2. O prazo de vigência da contratação é de 01(um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso., na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021; sendo que o contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

2.3. Os preços serão fixos, expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula, podendo ser reajustado após doze meses pelo índice do INPC ou outro índice oficial que venha substituí-lo; ou ainda; conforme solicitação por ofício que comprove a alteração dos valores ofertados, sendo que a administração realizará a análise quanto ao solicitado.

2.3.1. Os valores das horas serão de acordo com estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho das categorias, conforme o caso, poderá ter valores ajustados.

2.4. A presente contratação será de acordo com art.82 da Lei nº 14.133 de 2021, principalmente pela variação das quantidades geradas mês dos resíduos, bem como pela possibilidade de os valores serem diferentes para o mesmo tipo de serviço.

2.5. A presente contratação será de acordo com art.40 da Lei nº 14.133/21 em que prevê que o planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual, quando pertine, processamento por meio de sistema de registro de preços.

3. PARTICIPANTE(S)

3.1. Não será permitida participação de outro órgão ou entidade conforme justificativa contidas no estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

4. VEDAÇÃO DE ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo Consórcio por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. Após a homologação da licitação deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.3.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;


5.3.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.3.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.3.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item anterior, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas neste.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.10. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pelo Consórcio.

5.11. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.12. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado ao Consórcio convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, o Consórcio, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

5.13.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.13.2. Adjudicar e firmar o contrato/ARP nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.14. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Consórcio a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo Consórcio, quando o fornecedor:


6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo Consórcio sem justificativa razoável;

6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses acima previstas será formalizado pelo Consórcio, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o Consórcio poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Consórcio em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.4.1. Por razão de interesse público;

6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigo 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

7. DO OBJETO/SERVIÇOS

7.1. Constatada a necessidade dos Serviços, o Consórcio CICA, procederá à emissão da respectiva nota de Empenho/requisição em nome do licitante, relacionando-se os serviços pretendido e sua quantidade.

7.2. Os serviços serão prestados nos entes consorciados de acordo com o Plano Operacional Anual (2023/2024) do Programa Estradas da Integração; além das dependências e estruturas sob concessão do CICA.

7.3. O consórcio CICA informará o endereço e município para a realização dos serviços através de nota de empenho ou solicitação de serviços.

7.4. Demais informações sobre os serviços estão dispostos no Termo de Referência item 5.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE e CONTRATADA

8.1. Tanto as obrigações do Contratante como da Contratada estão definidas nos itens 19 e 20 do Edital, bem como devem considerar o Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

9. DAS PENALIDADES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;


9.1.2.4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato/ARP ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato/ARP no prazo estabelecido pelo Consórcio;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, o Consórcio poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para o Consórcio.

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.


9.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores do Consórcio, facultada a ampla defesa

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão do Presidente do Consórcio.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

9.15. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata, conforme art. 45, § 5º da Lei 14.133/2021.

9.16. É da competência do Consórcio a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento xxxxx, na dotação abaixo discriminada:

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx – Outros Serviços de Terceiros-PJ

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, destacando que o pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.2. Demais condições de pagamento encontram-se definidos nos tópicos 7 do Termo de Referência, Anexo I deste.

11.3. A CONTRATADA deverá atender a todos os regulamentos internos aplicáveis aos processos de pagamento do CONTRATANTE e emissão de notas fiscais eletrônicas.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.


13. FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução da ARP ou documento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada por funcionário, esses que serão designados pela administração pública.

13.2. O fiscal/funcionário acompanhará a entrega dos produtos, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na ARP ou documento equivalente, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

13.2.1. O fiscal/funcionário anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução da entrega do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

13.2.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal/funcionário emitirá notificações para a correção da execução do contrato ou documento equivalente, determinando prazo para a correção.

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

13.2.3. O fiscal/funcionário informará a administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

13.2.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da ARP ou documento equivalente nas datas aprazadas, o fiscal/funcionário comunicará o fato imediatamente a administração pública.

13.2.5. O fiscal/funcionário comunicar a administração, em tempo hábil, o término da ARP sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva.

13.3. O fiscal/funcionário deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

13.4. O fiscal/funcionário deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização.

14. FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual do Paraná, Comarca de Paranavaí, para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme Lei nº 14.133/21.

15. CONDIÇÕES GERAIS

15.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações do Consórcio e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo I do edital de licitação.

Local e data

Consórcio CICA
Presidente


Fornecedores: Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Nome do Representante CPF

Assinatura

	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES	EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 PROC. ADM Nº 004/2026
---	---	---

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS


Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

	<p align="center">CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES</p>	<p align="center">EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026</p> <p align="center">PROC. ADM Nº 004/2026</p>
---	---	--

ANEXO V

DECLARAÇÃO TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO LEI 123/2006. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no edital supracitado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.
- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.
- () AGRICULTORES FAMILIARES E PRODUTORES RURAIS PESSOA FÍSICA, conforme art. 3º- A da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.
- () SOCIEDADES COOPERATIVAS, nos termos do art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007.

Declara também que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos/Ata de Registro de Preços com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Afirma ainda que quer participar da referida licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006 e que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

XXXXXXXXXX, de 2026.

Assinatura do Responsável pela Empresa
 (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

CONSÓRCIO INTERM.CAIUÁ AMBIENTAL DE PARANAVAI

Termo de Referência 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	928527-CONSÓRCIO INTERM.CAIUÁ AMBIENTAL DE PARANAVAI	CARLOS VINICIUS LOMES DA CRUZ	05/05/2026 11:36 (v 0.14)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		4/2026

1. Definição do objeto

1.1. Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mão de obra, mediante a disponibilização de postos de trabalho de motoristas, operadores de máquinas pesadas, vigia, serviços gerais e cerqueiros, envolvendo o fornecimento de uniformes, EPIs, alimentação, transporte e alojamento/moradia para atender às demandas do Consórcio Intermunicipal CICA e seus municípios consorciados, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD ESTIMADA	UNIDADE	CATSER	Nº DE POSTOS DE TRABALHO
1.	Operador de escavadeira hidráulica	5280	Horas	19534	2
2.1	Operador de motoniveladora	2640	Horas	19534	1
3.	Operador de trator de esteiras	5280	Horas	19534	2
4.	Operador de rolo compactador	2640	Horas	19534	1
5.	Operador de pá carregadeira	7920	Horas	19534	3
6.	Motorista de caminhão basculante	5280	Horas	15008	2
7.	Motorista de caminhão comboio	2640	Horas	15008	1
8.	Serviços gerais	2640	Horas	25194	(a depender da necessidade)

9.	Cerqueiro	2640	Horas	16675	(a depender da necessidade)
10.	Vigia (período noturno)	12	Mês	23973	2
11.	Locação de veículo tipo minivan, com no mínimo 7 lugares, sem motorista, para locomoção dos operadores e motoristas do alojamento ao local da obra, incluindo todas as despesas da locomoção necessária para o deslocamento dos operadores e motoristas, devendo o referido veículo estar em condições adequadas para o transporte.	12	Mês	23574	-
12.	Fornecer 1 (um) alojamento aos operadores e motoristas (casa), com mobília, para abrigo em qualquer dos municípios integrantes do consórcio em que estiverem trabalhando, devendo o referido imóvel possuir acomodações necessárias aos operadores e motoristas mencionados neste termo de referência; observância da norma regulamentadora à respeito de condições de higiene e conforto nos locais de trabalho.	12	Mês	17426	-
13.	Fornecimento diário de alimentação variada e balanceada para a equipe técnica e operacional alocada, compreendendo 02 (duas) refeições completas por dia (almoço e jantar), em estrita observância às cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) vigente e às normas de segurança alimentar. As refeições deverão ser completas, compostas por carboidratos, proteínas, guarnições e saladas, atendendo integralmente aos padrões do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).	10800	UND	3697	-
14.	Fornecimento diário de café da manhã em estrita observância à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria profissional. A refeição deverá ser composta, no mínimo, por 01 (um) item de panificação com acompanhamento (manteiga/queijo/presunto), 01 (uma) porção de fruta da estação e 01 (uma) bebida (café, leite ou suco). O fornecimento poderá ser realizado em balcão ou no formato de 'kit lanche' individual, desde que devidamente acondicionado em embalagens higiênicas que garantam a integridade dos alimentos. O fornecimento ou entrega do café da manhã deverá ser realizada aos profissionais nos 15 minutos anteriores ao início da rotina de trabalho.	5040	UND	3697	-
15.	Fornecimento de uniforme refletível, macacão apropriado ao motorista do caminhão comboio, contendo identificação da contratada como nome e logo, à todos os cargos elencados no termo de referência em observância a norma regulamentadora NR24 do ministério do trabalho e emprego. Os uniformes deverão ser fornecidos em tecido de brim de alta resistência (mínimo 260g/m²), com tratamento para proteção solar, contendo faixas retrorreflexivas de 50mm em conformidade com a NBR 15292. Para o Motorista de Comboio, o macacão deverá possuir fechamento frontal em zíper protegido e reforço em áreas de maior atrito, garantindo a proteção contra agentes químicos derivados de petróleo conforme NR 24.	12	Mês	602718	-
16.	Fornecimento de EPI'S, EPC'S a todos os operadores contratados e qualquer item necessário de acordo com a legislação trabalhista. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) compreendem (1) máscaras com filtros para gases e poeiras PFF2, (2) calçados impermeáveis em PVC ou botinas com biqueira de aço, (3) luvas de proteção química ou mecânica conforme a atividade, (4) uniformes de alta visibilidade com faixas retrorreflexivas, (5) protetores auriculares tipo concha ou inserção, (6) óculos de segurança, compreendendo óculos escuros ou incolor, conforme a necessidade, (7) protetor solar, (8) repelente, tendo obrigatoriamente icaradina em sua composição, (9) capa de chuva e (10) chapéu com aba para proteção de nuca. Por sua vez os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), destinados à segurança do ambiente e do grupo de trabalho, abrange (11)	12	Mês	453744	-

	kits de primeiros socorros. Observância das normas regulamentadoras que reforça a utilização de EPI'S necessários aos operadores em atenção especial à sapatos adequados, protetor solar, repelente e protetores auriculares, bem como sua revisão e troca de acordo com o estabelecido na referida NR; observância das normas regulamentadoras do ministério do trabalho e emprego.				
17.	Fornecimento de instalações básicas reservadas para alimentação e higiene; observância das normas regulamentadoras do ministério do trabalho e emprego em especial no que se refere às condições da frente de trabalho, devendo a empresa se atentar ao item que estabelecem orientações sobre as áreas de vivências, como condições do alojamento, banheiros, área para consumo de alimentos entre outros.	12	Mês	604785	-

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado vantajosidade à administração, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que o contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

1.3. Os preços serão fixos, expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula, podendo ser reajustado após doze meses pelo índice do INPC ou outro índice oficial que venha substituí-lo; ou ainda; conforme solicitação por ofício que comprove a alteração dos valores ofertados, sendo que a administração realizará a análise quanto ao solicitado.

1.3.1. Os valores das horas serão de acordo com estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho, conforme o caso, poderá ter valores ajustados.

1.4. A presente contratação será de acordo com art. 82 da Lei nº 14.133 de 2021, principalmente pela variação das quantidades de resíduos geradas por mês, bem como pela possibilidade dos valores ser diferentes para o mesmo tipo de serviço.

1.5. A presente contratação será de acordo com o inciso II do art. 40 da Lei nº 14.133/21, que prevê o planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e, quando pertinente, processamento por meio de sistema de registro de preços.

1.6. Em se tratando da contratação dos serviços pretendidos não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente da licitação, devido a complexidade do objeto e da capacidade de gerenciamento, não tão somente pelo objeto mas também devido ao quadro reduzido de funcionários para auxiliar na fiscalização e gestão da ARP.

1.7. Durante a vigência da ata, os Entes Públicos não poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

1.8. O edital e Ata de Registro de Preço oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. O certame visa a contratação de empresa especializada em mão-de-obra para a operação de veículos e maquinários pesados pertencentes à frota do CICA, além de motoristas de caminhões. Há também mão-de-obra para remoção e recolocação de cercas nas propriedades rurais adjacentes às estradas onde podem receber obras de adequação e manutenção; contratação de vigia para monitoramento dos equipamentos e maquinários da frota quando esses estiverem fora da sede do CICA. Além da contratação de funcionários para realização de serviços gerais (reparos, limpeza na sede do CICA e demais dependências de posse do consórcio). A contratação dos funcionários se dará de acordo com a necessidade da administração pública, por horas trabalhadas para todos os profissionais, com exceção do vigia noturno, que será por mensalidade, podendo ser solicitada mais de um trabalhador por função. Ademais, a referida contratação será pelo sistema de registro de preços, de acordo com art. 40, inciso II da Lei nº 14.133/21. A contratação terá vigência de 01 (um) ano, prorrogável por mais 5 (cinco) anos, conforme art. 113 da mesma lei.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Baixo impacto ambiental sobre recursos naturais em qualquer etapa da disponibilização dos serviços contratados pela administração pública;

4.1.2. Se possível buscar dar preferência pela contratação da mão-de-obra e aquisição de recursos na região que abrange os municípios consorciados.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Vistoria

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. A execução dos serviços deverá iniciar-se em até 10 (dez) dias a partir da assinatura da Ata de Registro de Preço/Contrato.

5.2. Os serviços referentes ao CICA Mais Infra serão realizados de acordo com Plano de Trabalho e será disponibilizado à Contratada para acompanhamento da sequência dos municípios a serem realizados os serviços.

5.3. Os motorista(s)/operador(es) contratados que irão operar os maquinários e caminhões objeto desta licitação deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação com a categoria exigida pela legislação de trânsito.

5.4. A licitação se dará pelo Sistema de Registro de Preços, sendo por horas trabalhadas para todos os cargos, com exceção do vigia noturno, que será por pagamento mensal. Tal modalidade possibilita que todos os encargos trabalhistas, bem como DSR fiquem sob responsabilidade da contratada.

5.5. A Contratada se obriga a substituir/repor motorista(as)/operador(es), que por qualquer motivo venha a faltar às atividades, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da falta destes, a fim de não prejudicar os serviços em andamento.

5.6. A Contratada deve disponibilizar uniformes com identificação da empresa para os operadores, motoristas e demais funções, bem como demais itens necessários de acordo com a legislação vigente.

5.7. O veículo para transportar os motoristas, operadores e demais funções devem estar em bom estado de conservação e a fabricação não deve exceder a dez anos de vida útil a fim de não prejudicar as atividades desenvolvidas.

5.8. A contratada deverá observar para o cargo de vigia, além da legislação/normas vigentes, a qualificação do profissional a ser contratado para evitar possíveis transtornos.

5.9. Os veículos e equipamentos deverão estar em bom estado de conservação devendo comprovar a existência de veículos e equipamentos reserva. Os veículos devem ter vida útil econômica equivalente ao tempo de ARP/Contrato.

5.10. Os serviços poderão ser prestados nos entes consorciados, ou seja, nos vinte e dois municípios que integram o consórcio, à depender de solicitação dos mesmos e cronograma elaborado pelo CICA.

5.11. A contratada deverá contratar funcionários capacitados para o desempenho das atividades, e deverão se apresentar no ambiente de trabalho devidamente uniformizado e no horário de funcionamento da administração pública, ou conforme horário estabelecido, sempre de acordo com legislação/normas vigentes.

5.12. Competirá a Contratada a admissão de mão de obra necessária ao desempenho dos serviços contratados, correndo por sua conta, também, os encargos necessários e demais exigências das leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e outras de qualquer natureza, bem como indenização de acidentes de trabalho de qualquer natureza, respondendo a Contratada pelos danos causados, por seus empregados, auxiliares e prepostos, ao patrimônio público ou a outrem.

5.13. Será terminantemente proibido aos empregados da Contratada ingerir ou estarem sob o efeito de bebidas alcoólicas ou substâncias tóxicas e de pedirem gratificações ou donativos de qualquer espécie, durante a execução dos serviços.

5.14. Os funcionários contratados não terão nenhum vínculo empregatício com o Consórcio CICA, a contratação é por parte da contratada, sendo de sua responsabilidade a contratação/registro em carteira dos cargos previstos nessa contratação.

5.15. O prestador de serviços deverá executar os serviços conforme as condições estabelecidas.

5.16. A ordem para os serviços será comunicada pela CONTRATANTE através do Setor Administrativo e Financeiro do CICA, diretamente a CONTRATADA responsável pelos colaboradores.

Local da prestação dos serviços

5.17. Os serviços poderão ser prestados no Aterro Sanitário de Paranavaí; ou nos entes consorciados, além das dependências e estruturas sob concessão do CICA, sempre de acordo com o cronograma de serviços elaborado pelo consórcio;

5.18. O consórcio CICA informará o endereço e município para a realização dos serviços através de informação prévia à contratada.

Materiais a serem disponibilizados

5.19. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.19.1. Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) para todos os funcionários, considerando sua categoria e necessidade específica de segurança de acordo com o serviço prestado por cada um, seguindo o que preconiza a NR-6 do MTE sobre o tema;

5.19.2. Uniformes condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, seguindo as especificações das normativas vigentes sobre o tema;

5.19.3. Local apropriado para refeição e necessidades básicas dos funcionários.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.20. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.20.1. Mão-de-obra especializada de acordo com cada função desempenhada pelo funcionário considerando a necessidade descrita pela administração pública;

5.20.2. Motoristas e operadores de maquinários devem possuir Carteira Nacional de Habilitação de acordo com a legislação pertinente dentro do que se enquadra cada categoria, além da necessidade do MOPP (Habilitação de Movimentação e Operação de Produtos Perigosos) para o motorista do caminhão comboio;

5.20.3. Vigia qualificado a fim de evitar transtornos com possíveis tomadas de decisão indevida.

5.21. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021) O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Carga horária de serviço

5.22. A carga horária do vigia é de 12x36, incluindo no valor da hora a janta, uniforme e transporte, se necessário.

5.23. O valor da hora dos motoristas, operadores, cerqueiro e serviços gerais é conforme CCT, com base em 200 horas semanais trabalhadas e no quantitativo de profissionais estimados para a plena execução das atividades, e não inclui almoço, janta, uniforme e demais benefícios, visto que esses são pagos conforme demais itens da tabela;

5.24. Na presente contratação estão inclusos materiais/ equipamentos que a contratante deverá disponibilizar aos funcionários para segurança e desenvolvimentos dos serviços prestados.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Ata de Registro de Preço/Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão dos serviços contratados, esses devem ser informados à administração pública para que sejam tomadas as providências cabíveis, ou ainda, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura da ata de registro de preço/contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução dos serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato/ata de registro de preços, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. O fiscal acompanhará a execução dos serviços, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato/ata de registro de preços, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato/ata de registro de preços todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato/ata de registro de preços, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato/ata de registro de preço, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato/ata de registro de preços nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato/ata de registro de preços.

6.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato/ata de registro de preço, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.7.6. O gestor do contrato/ata de registro de preço acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato/ata de registro de preço, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato/ata de registro de preço e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.8. O fiscal, auxiliado pela diretoria administrativa e financeira do consórcio, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal contrato/ata de registro de preço atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato/ata de registro de preço coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato/ata de registro de preço contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato/ata de registro de preço, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato/ata de registro de preço acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato/ata de registro de preço acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato/ata de registro de preço, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato/ata de registro de preço emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato/ata de registro de preço quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato/ata de registro de preço tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal de contrato/ata de registro de preço comunicará ao gestor do contrato/ata de registro de preço, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato/ata de registro de preço deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.12. O gestor do contrato/ata de registro de preço deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Do recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos definitivamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelo fiscal(is) responsável pelo acompanhamento da prestação de serviços, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo constantes no Termo de Referência.

7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento da nota fiscal com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento equivalente pela administração pública, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade, se for o caso;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do ARP/contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preço do Consumidor (INPC) ou equivalente de correção monetária.

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Condições de Pagamento

7.25. O pagamento será efetuado mediante apresentação do relatório do fiscal atestando os serviços realizados, que deverá conter a data inicial e final da fiscalização.

7.26. Para os serviços de operadores, motoristas, cerqueiros e serviços gerais, o fiscal especificará em relatório os dias e horas trabalhadas, para dimensionar os valores a serem pagos à contratada.

7.27. Para a função de vigia o valor será pago conforme tabela de forma **mensal**.

7.28 O pagamento referente aos itens 11 e 12 do Lote Único do certame, será realizado conforme sua utilização mediante comprovação apresentada pela Contratada, os itens mencionados são:

11. Locação de veículo tipo minivan, com no mínimo 7 lugares, sem motorista, para locomoção dos operadores e motoristas do alojamento ao local da obra, incluindo todas as despesas da locomoção necessária para o deslocamento dos operadores e motoristas, devendo o referido veículo estar em condições adequadas para o transporte.

12. Fornecer 1 (um) alojamento aos operadores e motoristas (casa), com mobília, para abrigo em qualquer dos municípios integrantes do consórcio em que estiverem trabalhando, devendo o referido imóvel possuir acomodações necessárias aos operadores e motoristas mencionados neste termo de referência; observância da norma regulamentadora à respeito de condições de higiene e conforto nos locais de trabalho.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será MENOR PREÇO GLOBAL.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Registro comercial, no caso de empresa individual;

8.4. Requerimento de empresário no caso de empresário individual;

8.5. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.6. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.7. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.8. Para Microempreendedor Individual: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

8.9. Outro documento que devidamente comprovado demonstre a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, comprovando a existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

- 8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.13. Certidão Negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado;
- 8.14. Certidão Negativa expedida pela Prefeitura Municipal;
- 8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão;
- 8.16. Certidão negativa de débito relativa aos tributos federais e à dívida ativa da união, nela abrangidas as contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Federal.
- 8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.
- 8.22. A licitante deverá apresentar índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

II - Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$;

III - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

- 8.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.23.1. Refere-se o percentual de 10% (dez por cento) adotado no item supracitado, em conformidade ao art. 69, parágrafo quarto da Lei 14.133/2021, por tratar-se de baixo valor representativo para patrimônio líquido dos licitantes, considerando o valor estimado do objeto licitatório.

- 8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnico-Operacional

- 8.30. Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado(s) de Capacidade Técnica, que comprove o fiel cumprimento do objeto desta contratação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente forneceu ou forneça, serviços igual ou similares aos licitados no presente edital, informando se os serviços foram satisfatórios. Os atestados devem conter razão social, CNPJ, endereço completo da empresa, data, nome completo e assinatura de quem o emitiu.
- 8.31. Para fins da comprovação de que trata o item anterior, os atestados deverão dizer respeito a contratos/ARP executados com as seguintes características mínimas:

8.31.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 02 (dois) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos ser ininterruptos;

8.31.2. Comprovação que já executou contrato(s)/ARP com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

8.32. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

8.33. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.34. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.35. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.36. A Contratada deverá observar os demais requisitos elencados na seção 4 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice a este Termo de Referência, os quais se colocam como normativas devendo ser obrigatoriamente cumpridas.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.622.484,96

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.622.484,96 (Um milhão, seiscentos e vinte e dois mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos), conforme valores apostos na seção 8 do estudo Técnico Preliminar, apêndice a este Termo de Referência;

9.2. As estimativas dos valores para contratação consideradas em edital são com bases em Convenção Coletiva de Trabalho, Atas de Registro de Preços, Contratos de Administrações Públicas e em Site de Mídias Especializadas, e são para um período estimado de 01 (um) ano.

9.3. Mais informações estão detalhadas na Planilha de Preços em anexo ao processo licitatório. A metodologia de cálculo está exposta no Estudo Técnico Preliminar.

9.4. Os valores referentes ao vigia é referente a escala de trabalho 12x36, para o período noturno, ou seja, valores para 02 dois vigias mensalmente.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Consórcio CICA.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 01.001 - Consórcio CICA;

II) Fonte de Recursos: 01000 - Recursos ordinários(livre);

III) Projeto/Atividade: 0002 - Diretoria de Projetos

V) Elemento da Despesa: 3.3.90.39 - Outros serviços de terceiro-PJ;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum-PLACIC e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARLOS VINICIUS LOMES DA CRUZ

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 11:36:48.

CONSÓRCIO INTERM.CAIUÁ AMBIENTAL DE PARANAVAI

Estudo Técnico Preliminar 9/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 4/2026

2. Descrição da necessidade

A contratação de profissionais para prestação de serviços se faz necessária para complementar as atividades de operação do Aterro Sanitário de Paranavaí que é de posse do CICA e para o programa CICA Mais Infra, que disponibiliza máquinas e caminhões aos seus municípios consorciados para a realização de serviços específicos que demandem tais equipamentos. A prestação de serviço possui previsão de ser estendida a outros programas que venham a ser criados pelo CICA posteriormete, ou através de parceria com outros órgãos públicos ou privados. Ademais, os trabalhos do CICA podem se estender a demais municípios que venham a se consorciar.

O programa CICA Mais Infra tem como objetivo disponibilizar máquinas pesadas, equipamentos e suporte técnico especializado, em regime de locação, aos seus municípios consorciados. Com isso, o programa auxilia os mesmos a ter eficiência operacional na consecução de suas atividades de infraestrutura, tal como manutenção de estradas rurais, limpeza de áreas, serviços de terraplenagem, etc. Assim como a remoção e recolocação de cercas das propriedades adjacentes à estradas que recebem os trabalhos de manutenção e adequação. O programa ainda facilita a utilização dos maquinários aos municípios que possuem limitação orçamentária para adquiri-los por conta própria.

Considerando a permanência dos maquinários e caminhões em locais próximos as estradas rurais ou em áreas públicas que não possuem segurança garantida contra qualquer tipo de sinistro, em decorrência da economicidade no deslocamento desses até os locais de trabalho, deve ser contratado profissional específico para realizar a segurança desses equipamentos durante o período noturno, período em que os maquinários e veículos ficam estacionados em pátios de propriedades ou outros locais. Ademais, os caminhões e maquinários pernoitam na maioria das vezes em propriedades rurais privadas, e, por vezes, também em estradas rurais devido a distância entre as propriedades, se fazendo necessário a contratação de vigia para minimizar a possibilidade de roubo /furtos de equipamentos, caminhões e maquinários.

Além disso, o presente processo licitatório visa contratar profissional para a realização de serviços de limpeza na sede do CICA e nos demais locais de posse do consórcio.

A licitação terá como critério de julgamento o menor preço global. A contratação será pelo Sistema de Registro de preços com vigência de 01 (um) ano, sendo por horas trabalhadas, assim todos os encargos trabalhistas, bem como DSR, se assim for o caso, será de responsabilidade da empresa vencedora da sessão virtual.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Executiva	Osva César Kulevich

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Apresentar à Contratante, quando do início das atividades, e sempre que houver contratação de novo empregado na execução do contrato, relação contendo nome completo, função exercida, documentos do contratado, em especial a CNH quando o caso dos operadores e motoristas, bem como as respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS, devidamente preenchidas e assinadas, para fins de conferência juntamente com a comprovação dos requisitos mínimos estabelecidos neste processo licitatório;

4.2. Contratar motorista(s) e operador(es) que possuam Carteira Nacional de Habilitação de acordo com a categoria exigida pela legislação de trânsito e com o veículo e maquinário a ser operado e, ainda, que possuam habilitação técnica para aqueles maquinários e veículos, além da necessidade do MOPP (Habilitação de Movimentação e Operação de Produtos Perigosos) para o motorista do caminhão comboio;

4.3. A Contratada deverá fornecer uniformes com sua identificação para os operadores, motoristas e demais funções, bem como outros itens necessários de acordo com a legislação vigente;

4.4. A Contratada deve observar as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego que reforça a utilização de EPI's necessários aos operadores/motoristas em atenção especial à sapatos adequados, protetor solar, repelente, macacão apropriado ao motorista do caminhão comboio, protetores auriculares, coletes reflexíveis, bem como sua revisão e troca de acordo com o estabelecido nas referidas Normas Regulamentadoras (NR-6);

4.5. A Contratada deve disponibilizar a todos os funcionários os demais EPI's necessários de acordo com a NR-6 do MTE, conforme supracitado;

4.6. A Contratada deve observar a norma regulamentadora NR-18 do Ministério do Trabalho e Emprego em especial no que se refere às condições da frente de trabalho, devendo a empresa se atentar ao item que estabelece orientações sobre as áreas de vivências, como condições do alojamento, banheiros, área para consumo de alimentos, entre outros. Devendo também ser observado o disposto no tocante aos itens relacionados aos treinamentos prévios que os operadores devem ser submetidos para execução do seu trabalho e boas práticas na frente de trabalho, bem como em especial ao item da referida Norma Regulamentadora que reforça o uso dos EPI's e dispõe sobre as sinalizações de segurança da frente de trabalho, onde a empresa contratada deverá fornecer as placas de sinalização de obras.

4.7. A Contratada deve observar as normas regulamentadoras NR-7 e NR-9 do Ministério do Trabalho e Emprego, em que se referem, respectivamente, ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e a avaliação e controle das exposições ocupacionais e agentes físicos, químicos e biológicos do trabalhador, se atentando aos exames médicos e avaliações necessários periodicamente de acordo com as atribuições de cada funcionário, afim de garantir sua saúde ocupacional;

4.8. A Contratada deve substituir/repor os funcionários, que por qualquer motivo venha a faltar as atividades, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a fim de não prejudicar os serviços em andamento;

4.9. A Contratada também deve substituir/repor o funcionário designado, caso o mesmo demonstre, a exclusivo critério da Contratante, falta de adaptação com os trabalhos a serem executados, ou se torne incapaz para o trabalho, ou venha a pedir demissão ou ser demitido, substituição essa a ser efetuada no prazo de 48(quarenta e oito) horas a partir de cada um dos acontecimentos especificados;

4.10. A Contratada assume a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência de espécie, for vítima o motorista no decorrer do fornecimento e do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Contratante;

4.11. A Contratada assume as custas dos salários e encargos dos motoristas/operadores, hospedagem, alimentação (café da manhã, almoço e jantar), disponibilizar de veículo para o transporte dos funcionários do local da hospedagem até local de trabalho e vice-versa, fornecendo os EPI's necessários para o desempenho das atividades dos motoristas/operadores, serviços gerais e cerqueiros; bem como registrar a Carteira de Trabalho e Previdência Social de todos os funcionários envolvidos no objeto desta contratação;

4.12. A Contratada assume também todos os encargos trabalhistas, cíveis ou penais relacionados ao presente contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

4.12.1 A composição de custos unitários de mão de obra considera, no mínimo, as seguintes rubricas legais e encargos sociais: Salário-Base, Adicional de Insalubridade, Adicional Noturno (com a respectiva incidência do Descanso Semanal

Remunerado - DSR), Provisão para Férias e Terço Constitucional, 13º Salário, FGTS, e Encargos Previdenciários (INSS e RAT ajustado pelo FAP). Adicionalmente, previu-se o custo de Reposição de Profissional Ausente para garantir a continuidade do serviço. Todos os parâmetros e memórias de cálculo detalhadas constam na planilha anexa a este estudo.

4.12.2. O adicional noturno e a respectiva incidência sobre o DSR estão previstos, respectivamente, na Súmula 60 e na Súmula 172, ambas do TST.

4.13. Por se tratar de contratação por horas trabalhadas, a Contratada deve observar que as mesmas não ultrapassem a carga horária máxima por mês permitida (entre 200 horas e 220 horas mensais, a depender da categoria profissional) , o salário de cada categoria e demais condições estabelecidas por seus sindicatos;

4.13.1 Os valores disponibilizados em edital e anexos é conforme Convenção Coletiva do Trabalho, também anexa.

4.14. A empresa vencedora do processo licitatório deverá ter a capacidade e disponibilidade de garantir o fornecimento da mão-de-obra qualificada com idade não inferior a 18 anos, aos cargos pretendidos com esse processo licitatório, quando solicitados pela administração pública;

4.15. Os serviços de vigia serão prestados nos entes consorciados, conforme necessidade do Consórcio CICA, que informará o local e município a serem prestados os serviços.

4.15.1. Os serviços serão prestados no período noturno, compreendendo a carga horaria de 12x36 de trabalho.

4.15.2. A contratada deverá observar a legislação em vigor, sendo de sua responsabilidade o pagamento das horas/salário, alimentação, deslocamento, DSR e demais custos ou benefícios que o funcionário tenha direito.

4.15.3. Os serviços serão parcelados conforme solicitação constante em nota de empenho/solicitação encaminhada pelo CICA.

4.15.4. Para a função de vigia, a Contratada deverá contratar profissional capacitado e qualificado para os serviços, de preferência que já tenha experiência na área, assim, para quando necessário tomar decisão apropriada à situação.

4.17. O pagamento referente aos itens 11 e 12 do Lote Único do certame, será realizado conforme sua utilização mediante comprovação apresentada pela Contratada, os itens mencionados são:

11. Locação de veículo tipo minivan, com no mínimo 7 lugares, sem motorista, para locomoção dos operadores e motoristas do alojamento ao local da obra, incluindo todas as despesas da locomoção necessária para o deslocamento dos operadores e motoristas, devendo o referido veículo estar em condições adequadas para o transporte.

12. Fornecer 1 (um) alojamento aos operadores e motoristas (casa), com mobília, para abrigo em qualquer dos municípios integrantes do consórcio em que estiverem trabalhando, devendo o referido imóvel possuir acomodações necessárias aos operadores e motoristas mencionados neste termo de referencia; observância da norma regulamentadora à respeito de condições de higiene e conforto nos locais de trabalho.

4.18. A Contratada deverá manter, durante toda execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, bem como com as condições de habilitação e qualidade exigidas no processo de licitação;

4.19. A empresa contratada, para fins de habilitação e contratação, deve apresentar documentação relativa à habilitação jurídica e prova de regularidade fiscal e trabalhista, bem como outros documentos pertinentes ao objeto da contratação;

4.20. A administração pública deverá realizar a fiscalização e acompanhamento dos serviços prestados pela Contratada afim de garantir que a mesma esteja cumprindo todas suas obrigações contratuais;

4.21. A Contratante deverá aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais, quando necessário e vetar o recebimento de qualquer serviço que considerar incompatível com aqueles que devem ser executados, que possam ser inadequados com o pretendido;

4.22. Cabe a Contratante prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

4.23. Notificar a Contratada, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da prestação dos serviços.

4.24. Não será admitida subcontratação para o objeto pretendido.

4.25. Pelo objeto a ser licitado, o licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo/horas inferior ao máximo previsto no edital.

4.26. Não será aceito a participação na licitação de empresas em consórcio ou cooperativas, primeiramente pelo objeto licitado, e principalmente por não ser vantajoso para administração contratar com empresas em consórcios e cooperativas, poderá haver riscos na fiscalização do objeto, dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.

4.27 Não será permitida adesão a ARP, principalmente pelo serviços a serem contratados e pelo quadro reduzido do CICA para acompanhar estes.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A fim de encontrar a melhor solução para atender à necessidade da Administração, buscou-se no mercado contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, além da análise de processos licitatórios similares e anteriores dessa administração.

5.2. Ademais, o levantamento de mercado respeitou os dispostos na Convenção Coletiva de Trabalho (2026) dos sindicatos dos trabalhadores das categorias específicas e necessárias para atender a demanda da administração pública. A Convenção é um instrumento jurídico que garante os valores salariais das categorias, valores de vales refeição/alimentação, planos de saúde e quaisquer reajustes e outros benefícios.

5.3. Considerou-se também Atas de Registros de Preços e Contratos de demais administrações públicas, bem como da própria administração, ressaltando que alguns valores foram mantidos por estes estarem de acordo com o de mercado, desta forma, acredita-se não prejudicar a contratação pretendida.

6. Descrição da solução como um todo

Este estudo visa a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de mão-de-obra especializada na disponibilização de operadores de máquinas pesadas e motoristas de caminhões (caçamba e comboio), contratação de cerqueiros para a remoção e instalação de cercas nas propriedades adjacentes às estradas que recebem as obras de adequação e manutenção, contratação de vigia para monitoramento dos equipamentos e maquinários da frota do CICA.

Para completar o atendimento da demanda é necessária a contratação de profissionais de serviços gerais para a realização de serviços específicos de manutenção, limpeza, etc. nos locais de posse do CICA quando necessário.

A contratação será pelo sistema de registro de preços, de acordo com art.40 da Lei nº 14.133/21 que prevê que o planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual, quando pertinente, processamento por meio de sistema de registro de preços. A contratação terá vigência de 01 (um) ano podendo ser prorrogada se comprovado vantajosidade, sendo por horas trabalhadas, assim todos os encargos trabalhistas, bem como DSR, se assim for o caso, será de responsabilidade da empresa considerada vencedora na sessão pública.

A solução exige a contratação de empresa especializada cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido (CNAE), pois dessa forma se tem a melhor opção de custo para administração pública. Além disso, com a ampla disponibilização de mercado de mão-de-obra garante a possibilidade de ampla participação de diversas empresas em âmbito nacional, favorecendo a competitividade do certame e a contratação do serviço pela proposta mais vantajosa.

Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As estimativas de necessidade de contratação dos itens desse processo tem como base o quantitativo de maquinários e veículos da frota do CICA e da necessidade da administração pública em obter mão-de-obra para outras atividades de serviços gerais, além disso se considera a estimativa realizada nos exercícios anteriores:

LOTE ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Nº POSTOS DE TRABALHO	QTD ESTIMADA	UNIDADE	CATSER
1.	Operador de escavadeira hidráulica	2	5280	Horas	19534
2.	Operador de motoniveladora	1	2640	Horas	19534
3.	Operador de trator de esteiras	2	5280	Horas	19534
4.	Operador de rolo compactador	1	2640	Horas	19534
5.	Operador de pá carregadeira	3	7920	Horas	19534
6.	Motorista de caminhão basculante	2	5280	Horas	15008
7.	Motorista de caminhão comboio	1	2640	Horas	15008
8.	Serviços gerais	(a depender da necessidade)	2640	Horas	25194
9.	Cerqueiro	(a depender da necessidade)	2640	Horas	16675
10.	Vigia (período noturno)	2	12	Mês	23973
11.	Locação de veículo tipo minivan, com no mínimo 7 lugares, sem motorista, para locomoção dos operadores e motoristas do alojamento ao local da obra, incluindo todas as despesas da locomoção necessária para o deslocamento dos operadores e motoristas, devendo o referido veículo estar em condições adequadas para o transporte.	-	12	Mês	23574
12.	Fornecer 1 (um) alojamento aos operadores e motoristas (casa), com mobília, para abrigo em qualquer dos municípios integrantes do consórcio em que estiverem trabalhando, devendo o referido imóvel possuir acomodações necessárias aos operadores e motoristas mencionados neste termo de referencia; observância da norma regulamentadora à respeito de condições de higiene e conforto nos locais de trabalho.	-	12	Mês	17426
13.	Fornecimento diário de alimentação variada e balanceada para a equipe técnica e operacional alocada, compreendendo 02 (duas) refeições completas por dia (almoço e jantar), em estrita observância às cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)	-	10800	UND	3697

	vigente e às normas de segurança alimentar. As refeições deverão ser completas, compostas por carboidratos, proteínas, guarnições e saladas, atendendo integralmente aos padrões do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).				
14.	Fornecimento diário de café da manhã em estrita observância à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria profissional. A refeição deverá ser composta, no mínimo, por 01 (um) item de panificação com acompanhamento (manteiga/queijo /presunto), 01 (uma) porção de fruta da estação e 01 (uma) bebida (café, leite ou suco). O fornecimento poderá ser realizado em balcão ou no formato de 'kit lanche' individual, desde que devidamente acondicionado em embalagens higiênicas que garantam a integridade dos alimentos. O fornecimento ou entrega do café da manhã deverá ser realizada aos profissionais nos 15 minutos anteriores ao início da rotina de trabalho.	-	5040	UND	3697
15.	Fornecimento de uniforme refletivo, macacão apropriado ao motorista do caminhão comboio, contendo identificação da contratada como nome e logo, à todos os cargos elencados no termo de referência em observância a norma regulamentadora NR24 do ministério do trabalho e emprego. Os uniformes deverão ser fornecidos em tecido de brim de alta resistência (mínimo 260g/m²), com tratamento para proteção solar, contendo faixas retrorreflexivas de 50mm em conformidade com a NBR 15292. Para o Motorista de Comboio, o macacão deverá possuir fechamento frontal em zíper protegido e reforço em áreas de maior atrito, garantindo a proteção contra agentes químicos derivados de petróleo conforme NR 24.	-	12	Mês	602718
16.	Fornecimento de EPI'S, EPC'S a todos os operadores contratados e qualquer item necessário de acordo com a legislação trabalhista. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) compreendem (1) máscaras com filtros para gases e poeiras PFF2, (2) calçados impermeáveis em PVC ou botinas com biqueira de aço, (3) luvas de proteção química ou mecânica conforme a atividade, (4) uniformes de alta visibilidade com faixas retrorreflexivas, (5) protetores auriculares tipo concha ou inserção, (6) óculos de segurança, compreendendo óculos escuros ou incolor, conforme a necessidade, (7) protetor solar, (8) repelente, tendo obrigatoriamente icaradina em sua composição, 9) capa de chuva e (10) chapéu com aba para proteção de nuca. Por sua vez os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), destinados à segurança do ambiente e do grupo de trabalho, abrange (11) kits de primeiros socorros. Observância das normas regulamentadoras que reforça a utilização de EPI'S necessários aos operadores em atenção especial à sapatos adequados, protetor solar, repelente e protetores auriculares, bem como sua revisão e troca de acordo com o estabelecido na referida NR; observância das normas regulamentadoras do ministério do trabalho e emprego.	-	12	Mês	453744
17.	Fornecimento de instalações básicas reservadas para alimentação e higiene; observância das normas regulamentadoras do ministério do trabalho e emprego em especial no que se refere às condições da frente de trabalho, devendo a empresa se atentar ao item que estabelecem orientações sobre as áreas de vivências, como condições do alojamento, banheiros, área para consumo de alimentos entre outros.	-	12	Mês	604785

7.2 Descrição dos cargos pretendidos:

- **Operadores:** Operar máquinas pesadas, controlando seus comandos, efetuar a manutenção da máquina abastecendo-as, lubrificando-as, mantendo-as sempre limpas, desempenhar outras atribuições que por suas características se incluam na esfera de sua competência.
- **Motorista caminhão caçamba:** Transportar, coletar e entregar cargas em geral; movimentar cargas volumosas e pesadas, podendo também operar equipamentos, realizar inspeções e reparos em veículos, vistoriar cargas, além de verificar os documentos de veículos e cargas, quando for o caso. Definir rotas e assegurar a regularidade do transporte.
- **Motorista caminhão comboio:** Conduzir veículo comboio, efetuando abastecimento de máquinas e veículos. Realizar controle de abastecimento, mensurando o consumo de combustível e lubrificantes. Efetuar a limpeza e a substituição de lubrificantes de motores. Aplicar procedimentos de segurança no abastecimento e manutenção do comboio. Realizar manutenção preventiva e corretiva, inspecionando os sistemas de funcionamento de máquinas e veículos.

- **Serviços Gerais:** Lavar e realizar limpeza geral da secretaria e diretorias do consórcio, coletar lixo comum, reciclável e contaminado, se for o caso, com o objetivo de manter a organização e limpeza das repartições públicas, bem como desempenhar outras atribuições que por suas características se incluam na esfera de sua competência.
- **Cerqueiros:** Retirada e colocação de cerca e demais atribuições que por suas características se incluam na esfera de sua competência.
- **Vigia (noturno):** Realizar serviços principalmente em estradas rurais para prevenir possível roubo/furto dos caminhões, máquinas e equipamentos pertencentes à frota do CICA.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.622.484,96

8.1 As estimativas dos valores de contratação dos itens desse processo são com base no levantamento realizado em outras Atas, contratos de diferentes Administrações que realizaram o mesmo processo licitatório e na Convenção Coletiva de Trabalho vigente dos sindicatos dos trabalhadores das categorias específicas:

LOTE ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Nº POSTOS DE TRABALHO	QTDE ESTIMADA	UNDE	CATSER	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	Operador de escavadeira hidráulica	2	5280	Horas	19534	R\$ 29,95	R\$ 158.136,00
2.	Operador de motoniveladora	1	2640	Horas	19534	R\$ 32,20	R\$ 85.008,00
3.	Operador de trator de esteiras	2	5280	Horas	19534	R\$ 29,95	R\$ 158.136,00
4.	Operador de rolo compactador	1	2640	Horas	19534	R\$ 26,97	R\$ 71.200,80
5.	Operador de pá carregadeira	3	7920	Horas	19534	R\$ 29,04	R\$ 229.996,80
6.	Motorista de caminhão basculante	2	5280	Horas	15008	R\$ 24,99	R\$ 131.947,20
7.	Motorista de caminhão comboio	1	2640	Horas	15008	R\$ 26,81	R\$ 70.778,40
8.	Serviços gerais	(a depender da necessidade)	2640	Horas	25194	R\$ 21,09	R\$ 55.677,60
9.	Cerqueiro	(a depender da necessidade)	2640	Horas	16675	R\$ 21,09	R\$ 55.677,60

10.	Vigia (período noturno)	2	12	Mês	23973	R\$ 12.576,02	R\$ 150.912,24
11.	Locação de veículo tipo minivan, com no mínimo 7 lugares, sem motorista, para locomoção dos operadores e motoristas do alojamento ao local da obra, incluindo todas as despesas da locomoção necessária para o deslocamento dos operadores e motoristas, devendo o referido veículo estar em condições adequadas para o transporte.	-	12	Mês	23574	R\$ 5.364,55	R\$ 64.374,60
12.	Fornecer 1 (um) alojamento aos operadores e motoristas (casa), com mobília, para abrigo em qualquer dos municípios integrantes do consórcio em que estiverem trabalhando, devendo o referido imóvel possuir acomodações necessárias aos operadores e motoristas mencionados neste termo de referencia; observância da norma regulamentadora à respeito de condições de higiene e conforto nos locais de trabalho.	-	12	Mês	17426	R\$ 1.519,94	R\$ 18.229,28
13.	Fornecimento diário de alimentação variada e balanceada para a equipe técnica e operacional alocada, compreendendo 02 (duas) refeições completas por dia (almoço e jantar), em estrita observância às cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) vigente e às normas de segurança alimentar. As refeições deverão ser completas, compostas por carboidratos, proteínas, guarnições e saladas, atendendo integralmente aos padrões do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).	-	10800	UND	3697	R\$ 26,83	R\$ 289.764,00
	Fornecimento diário de café da manhã em estrita observância à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria profissional. A refeição deverá ser composta, no mínimo, por 01 (um) item de panificação com acompanhamento (manteiga/queijo /presunto), 01 (uma) porção de						

14.	fruta da estação e 01 (uma) bebida (café, leite ou suco). O fornecimento poderá ser realizado em balcão ou no formato de 'kit lanche' individual, desde que devidamente acondicionado em embalagens higiênicas que garantam a integridade dos alimentos. O fornecimento ou entrega do café da manhã deverá ser realizada aos profissionais nos 15 minutos anteriores ao início da rotina de trabalho.	-	5040	UND	3697	R\$ 14,03	R\$ 70.711,20
15.	Fornecimento de uniforme refletível, macacão apropriado ao motorista do caminhão comboio, contendo identificação da contratada como nome e logo, à todos os cargos elencados no termo de referência em observância a norma regulamentadora NR24 do ministério do trabalho e emprego. Os uniformes deverão ser fornecidos em tecido de brim de alta resistência (mínimo 260g/m²), com tratamento para proteção solar, contendo faixas retrorreflexivas de 50mm em conformidade com a NBR 15292. Para o Motorista de Comboio, o macacão deverá possuir fechamento frontal em zíper protegido e reforço em áreas de maior atrito, garantindo a proteção contra agentes químicos derivados de petróleo conforme NR 24.	-	12	Mês	602718	R\$ 311,54	R\$ 3.738,48
16.	Fornecimento de EPI'S, EPC'S a todos os operadores contratados e qualquer item necessário de acordo com a legislação trabalhista. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) compreendem (1) máscaras com filtros para gases e poeiras PFF2, (2) calçados impermeáveis em PVC ou botinas com biqueira de aço, (3) luvas de proteção química ou mecânica conforme a atividade, (4) uniformes de alta visibilidade com faixas retrorreflexivas, (5) protetores auriculares tipo concha ou inserção, (6) óculos de segurança, compreendendo óculos escuros ou incolor, conforme a necessidade, (7) protetor solar, (8) repelente, tendo obrigatoriamente icaradina em sua composição, 9) capa de	-	12	Mês	453744	R\$ 496,70	R\$ 5.960,40

	chuva e (10) chapéu com aba para proteção de nuca. Por sua vez os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), destinados à segurança do ambiente e do grupo de trabalho, abrange (11) kits de primeiros socorros. Observância das normas regulamentadoras que reforça a utilização de EPI'S necessários aos operadores em atenção especial à sapatos adequados, protetor solar, repelente e protetores auriculares, bem como sua revisão e troca de acordo com o estabelecido na referida NR; observância das normas regulamentadoras do ministério do trabalho e emprego.						
17.	Fornecimento de instalações básicas reservadas para alimentação e higiene; observância das normas regulamentadoras do ministério do trabalho e emprego em especial no que se refere às condições da frente de trabalho, devendo a empresa se atentar ao item que estabelecem orientações sobre as áreas de vivências, como condições do alojamento, banheiros, área para consumo de alimentos entre outros.	-	12	Mês	604785	R\$ 186,33	R\$ 2.235,96
						Total	R\$ 1.622.484,96

8.2. As Convenções Coletivas de Trabalho relativas aos profissionais que se pretende contratar e através das quais baseou-se para as estimativa de custos, são as seguintes:

8.2.1. **SINTRAPAV 2025/2026:** operadores de escavadeira hidráulica, motoniveladora, trator de esteiras, rolo compactador e pá carregadeira. Com data-base em 1º de junho de 2026, posterior a este estudo;

8.2.2. **SIEMACO 2026/2027:** serviços gerais, cerqueiro e vigia noturno. Com data-base em 1º de março, anterior a este estudo;

8.2.3. **SETCEPAR 2025/2026:** motoristas de caminhões, tipos basculante e comboio. Com data-base em 1º de maio, posterior a este estudo preliminar.

8.3. O cálculo disposto na planilha de estimativa de custos, anexa a este ETP, baseou-se na unidade de contratação, sendo por mensalidade em relação ao vigia do período noturno e por hora trabalhada em relação aos demais profissionais. Nas Convenções Coletivas em que o salário-base era dado por hora, caso do SINTRAPAV, manteve-se o valor para fins de cálculo. Por outro lado, nas demais Convenções Coletivas de Trabalho em que o salário-base é dado por mensalidade, converteu-se para hora, dividindo-se por 220 horas para todos os profissionais. O valor total da hora de trabalho (itens 1 a 9) corresponde à soma do valor da hora salarial (conforme CCT) com a soma dos débitos trabalhistas, conforme disposto em planilha anexa. O valor do item 10, por sua vez, corresponde à mesma metodologia de cálculo, porém, em forma de mensalidade.

8.3.1 As horas estimadas para os trabalhadores considera o padrão de 220 horas mensais e a estimativa total considera os quantitativos de acordo com os postos de trabalho necessários para suprir a necessidade da administração.

8.4. O cálculo do adicional noturno mensal baseia-se na aplicação do salário-base dividido por 220 (192 horas totais mais descanso remunerado), acrescido do adicional de 20%, considerando a hora noturna reduzida (fator 1,1428) e a prorrogação da jornada conforme Súmula 60 do TST, totalizando 154,28 horas fictas mensais (9h x 1,1428 x 15 plantões);

8.5. Os cálculos referentes aos débitos trabalhistas e sociais, ao uniforme refletível (item 15) e aos EPI's e EPC's (item 16) foram destrinchados em subitens, e somados a partir dos valores resultantes deles, conforme consta em documento .xlsx anexo. O valor do adicional noturno e da incidência do descanso semana remunerado (DSR) sobre aquele foi considerado para efeito de cálculo dos débitos trabalhistas e sociais referentes ao vigia noturno.

8.5.1. O cálculo dos débitos sociais e trabalhistas considerou os seguintes itens: insalubridade/periculosidade, benefício assistência médica (prevista para os profissionais representados pela Convenção Coletiva SIEMACO 2026/2027), adicional noturno e a respectiva incidência do Descanso Semanal Remunerado sobre este, INSS, FGTS, Riscos Ambientais do Trabalho (RATxFAP), reposição por profissional ausente, 13º salário, férias mais adicional de férias. O cálculo do recolhimento mensal referente a débitos trabalhistas e sociais, tais como FGTS e INSS, considera todos os itens que compõem a remuneração, inclusive benefícios como adicional de insalubridade, em conformidade com as Súmulas nº 63 e nº 139 do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Ademais, visando resguardar o órgão contratante em situações de solicitação de substituição de pessoal por desempenho insuficiente ou falta de capacidade técnica, foi provisionada a Multa de 40% sobre o FGTS (Provisão para Rescisão), em caso de dispensa sem justa causa. Dispensou-se a previsão de aviso prévio indenizado e outros encargos trabalhistas relativos à rescisão, uma vez que a manutenção do posto de trabalho (2.400 h anuais) já absorve os custos de remuneração ordinária, cabendo à contratada a gestão de seus cronogramas de substituição de modo a não gerar custos adicionais à Administração, os quais só serão provisionados em situações excepcionais de desequilíbrio econômico-financeiro devidamente comprovado.

8.5.2. Os seguintes itens que compõem o item 15 (uniforme refletível) foram considerados para efeito de cálculo: 1) colete de segurança tipo X refletivo, 2) calça em brim pesado, cor fluorescente com faixas retrorreflexivas, 3) camisa manga longa em brim pesado, cor fluorescente com faixas retrorreflexivas e 4) macacão de proteção de manga longa, em tecido de algodão de alta gramatura (mínimo 260 g/m²) e com tratamento hidrorrepelente para evitar que respingos de óleo /combustível penetrem na pele. Possuir fechamento frontal em zíper protegido e reforço em áreas de maior atrito, garantindo a proteção contra agentes químicos derivados de petróleo conforme NR 24. Considerou-se o quantitativo de 2 (dois) macacões para o motorista de caminhão comboio e 16 unidades para os demais itens.

8.5.3. O cálculo dos EPI's e EPC's considerou os seguintes itens para efeito de cálculo: 1) máscara autofiltrante e/ou PFF2 para gases e vapores orgânicos, poeiras e aerossóis; 2) calçado de segurança: bota de couro, de cor preta, com biqueira de polipropileno, abas que facilitam o calce, dorso acolchoado e fechamento em elástico nas laterais. Solado em PU bidensidade com sistema de absorção de impacto, injetado diretamente no cabedal, com palmilha higiênica com proteção antibacteriana. Devendo possuir palmilha de aço ou montagem em EVA, além de certificação CA 43164; 3) luvas de proteção, de nitrilo ou PVC (química); 4) protetor auricular tipo inserção, com CA (Certificado de Aprovação) ativo; 5) óculos de segurança com proteção UV, 6) protetor solar (FPS 60 ou superior), frasco com 200ml; 7) repelente contra insetos, conteúdo: 1 L; 8) capa de chuva, fabricada em PVC laminado, com capuz e faixas reflexivas para evitar acidentes com a movimentação de veículos, especialmente em dias de chuva; 9) chapéu, tipo australiano, com aba para proteção de nuca e orelha e 10) emergência e primeiros socorros: kits de primeiros socorros completos. Quanto ao protetor solar FPS 60 (200ml), considerou-se a necessidade de reaplicação no mínimo duas vezes ao dia (sendo uma no início do expediente e outra na ida ou volta do horário de almoço), devido à alta sudorese em ambiente de aterro sanitário, com consumo médio de um frasco por mês por profissional, sabendo que os profissionais só utilizarão no rosto e nos braços visto que serão as únicas partes expostas pelo uniforme totalizando 168 unidades anual para a equipe de 14 profissionais (os vigias noturnos não foram contabilizados já que em seu período de expediente a exposição à incidência solar é praticamente nula). Já o quantitativo de repelentes foi estimado em 12 unidades. Por fim, 2 unidades de kit de primeiros socorros e 16 unidades para os demais itens.

8.6. Os cálculos de salários e horas estão disponíveis em planilha anexa. É importante observar que podem ocorrer pequenas variações decimais decorrentes do processamento matemático do software, que considera múltiplas casas decimais antes do arredondamento final para duas casas.

8.7. A metodologia aplicada à política de preços, conforme o Art 23, § 1º: Lei Federal 14.133/21 são as seguintes:

- I. - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- II. - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- III. - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso.
- IV. - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
- V. - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

8.8. A pesquisa de preço foi realizada utilizando-se, como parâmetros, os incisos II e III, em conformidade com as disposições do supracitado, para obtenção do preço de referência. Foi utilizado como método para obtenção do preço estimado a média dos valores obtidos na pesquisa de preços, da qual incidiu sobre um conjunto de três ou mais preços de acordo como a legislação vigente.

8.9. Na pesquisa de preços, foram observadas, também, as condições comerciais praticadas no mercado local das respectivas unidades, incluindo prazos e locais de entrega, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso.

8.10. O montante final da contratação foi obtido mediante a aplicação de uma margem de lucro líquida de 5% sobre o subtotal dos custos estimados para os valores de mão-de-obra (R\$ 1.081.636,56). Foram computados os tributos incidentes sobre o faturamento, sendo a alíquota total de 9,25% de PIS e COFINS no regime não cumulativo e alíquota de 4% de ISS, totalizando uma carga tributária de 13,25%, calculada mediante a técnica de *gross-up*, com a finalidade de garantir a exequibilidade da proposta e o equilíbrio econômico-financeiro da prestação de serviço.

8.11. Conforme art. 163 do Código Tributário do Município de Paranavaí, a presente contratação se enquadra, para fins de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), no item "*17.05 - Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço*". Sua alíquota é de 4%, conforme a Tabela I, por enquadrar-se no item "*XIII - Demais serviços não descritos nos itens anteriores*".

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não será considerada a hipótese de parcelamento prevista no art. 47, inciso II da Lei nº 14.133/2021, em relação ao objeto, tendo em vista que a contratação será feita em lote único. Cada item será requisitado de forma parcelada para atendimento conforme demandado pelo órgão contratante. Além disso, a contratação de um único fornecedor gerará economia de escala visto que os serviços serão executados em um mesmo local, com exceção de auxiliar de serviços gerais, que também prestará serviços na sede do órgão contratante;

9.2. O acompanhamento da execução dos serviços é facilitada quando a contratação é de apenas um fornecedor dos serviços pretendidos, o que garante melhores resultados técnicos e eficiência dos serviços prestados para a administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 A contratação em questão, poderá ter aquisições correlatas devido a necessidade de manutenções preventivas e corretivas de veículos, equipamentos, caminhões, máquinas pertencentes a frota do Programa Estradas da Integração, e demais, que façam necessário para o bom funcionamento destes e, assim, atendem a demanda dessa administração pública e entes consorciados.

10.2 Outro tipo de contratação correlata, é a de fornecimento de combustíveis específicos para os caminhões e maquinários que compõem a frota.

10.3. Poderão ocorrer contratação de serviços terceirizados para manutenção nos aterros sanitários e área de transbordo cedida ao CICA.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação, objeto do presente estudo técnico preliminar, está alinhada com o Plano Anual de Contratação 2026;

11.2. Fatores Críticos de Sucesso

I. Boas condições de trabalho com equipamentos adequados ao desenvolvimento das atividades, ausência (sempre que possível) de equipamentos/produtos incompatíveis com a demanda, máquinas e equipamentos modernos e em boas condições, material de uso de boa qualidade para auxiliar no cotidiano.

II. Equipamentos/produtos que beneficiem e agilizem os serviços desenvolvidos nos entes consorciados.

III. Manutenção nas áreas cedidas ao CICA, mantendo condições apropriadas das atividades desenvolvidas.

IV. Prevenção de furto/roubo de equipamentos, máquinas e caminhões.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Com a contratação espera-se os seguintes benefícios:

- Operacionalização adequada dos maquinários e veículos pertencentes a frota do Programa Estradas da Integração através da contratação de mão-de-obra qualificada;
- Custos justos para a administração pública;
- Economicidade e ganho de escala na contratação dos trabalhos;
- Garantir a prestação dos serviços pretendidos com maior eficiência;
- Manutenimento da prestação de serviços aos entes consorciados que participam do Programa Estradas da Integração;
- Garantir a qualidade do ambiente de trabalho da sede do CICA;
- Garantir a segurança dos equipamentos pertencentes a frota do Programa Estradas da Integração e, conseqüentemente, não gerar maiores riscos e gastos;
- Manutenção nas áreas cedidas ao CICA pelos entes consorciados.

12.2. Desta forma, poderá desenvolver as atividades com eficiência e eficácia, oferecendo aos entes consorciados um serviço de qualidade, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; bem como um ambiente de trabalho adequado ao colaboradores do CICA.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A administração pública providenciará funcionários capacitados para recebimento dos serviços licitados e para atestarem que os serviços entregues pela licitante estejam de acordo com as especificações estabelecidas em edital;

13.2. O objeto da presente contratação não apresenta peculiaridades que justifiquem a necessidade de capacitação constante de funcionários, mas sim designação de funcionários para análise do objeto;

13.3. Juntar e analisar os estudos realizados para incluir, no mapa de riscos, registrando os possíveis riscos de acordo com categoria do objeto pretendido.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Durante a fase de prestação dos serviços a empresa vencedora deverá utilizar de medidas sustentáveis para minimizar impactos gerados em sua operação, tais como:

- Instruir os funcionários contratados as normativas vigentes de gestão e manejo de resíduos sólidos e, se necessário, realizar treinamentos específicos acerca do assunto;
- Preconizar o menor uso de embalagens optando por materiais recicláveis, quando possível, de qualquer bem que seja adquirido durante a prestação do serviço a administração pública;
- Uso racional de quaisquer recursos, de forma a evitar e prevenir desperdícios de insumos e materiais consumidos, bem como a redução da geração de resíduos sólidos;
- Se atentar ao que se refere a gestão e manejo das diferentes tipologias de resíduos sólidos gerados de acordo com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e a ABNT-NBR nº 10.004 (Classificação de Resíduos Sólidos);
- Realizar a separação correta dos resíduos descartáveis de acordo com o que é estabelecido pelas normativas vigentes;
- Fornecimento de todos os equipamentos de segurança aos funcionários contratados de acordo com suas funções desempenhadas e com o que diz as normativas vigentes do MTE referente ao assunto;

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A presente contratação é extremamente necessária para o pleno funcionamento das atividades do aterro sanitário. A terceirização do serviço permite a prestação parcelada dos itens e, dessa forma, é economicamente mais viável à Administração tendo em vista que os profissionais trabalham no aterro conforme a demanda do órgão contratante.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARLOS VINICIUS LOMES DA CRUZ

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 12:09:37.